

Educação Superior do Campo, Juventude Ribeirinha e Práxis na Amazônia Paraense: a promoção da auto-organização das egressas em seus territórios

Educación Superior del Campo, Jóvenes Rivereros y Práctica en la Amazonia Paraense: la promoción de la autoorganización de los graduados en sus territorios

Higher Countryside Education, Youth Ribeirinha and Práxis in the Amazon Paraense: the promotion of self-organization by graduates in their territories

Larissa de Nazaré Carvalho de Aviz
Monica Castagna Molina

Resumo: O estudo é um resultado parcial da pesquisa de tese que tem como objetivo compreender as contribuições do processo formativo da Licenciatura em Educação do Campo –LEdoC – da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Abaetetuba/PA, para a promoção da auto-organização das Jovens Ribeirinhas egressas deste curso em seus territórios, através da análise de sua práxis em diferentes espaços socioprofissionais e comunitários. Verificou-se, na pesquisa de campo e entrevista semi-estruturada, realizadas na ilha do Capim e Xingu em março de 2023, que a história, a trajetória, a atuação e a auto-organização da jovem ribeirinha egressa no território da Amazônia Tocantina tem sido constituído pela sua formação nos movimentos sociais e também na LEdoC, na defesa de seu território contra o projeto da Cargill S.A. na região da ilha do Capim e Xingu.

Palavras Chave: Educação superior do campo. Juventude Ribeirinha. Práxis.

Resumen: El estudio es un resultado parcial de la investigación de tesis que tiene como objetivo comprender las contribuciones del proceso de formación de la Licenciatura en Educación en el Campo -LEdoC - de la Universidad Federal de Para-UFPA, - Campus de Abaetetuba/PA, para la promoción de autoorganización de los Jóvenes Ribereños egresados de este curso en sus territorios, a través del análisis de su praxis en diferentes espacios socioprofesionales y comunitarios. Se constató en la investigación de campo y entrevista semiestructurada, realizada en la isla de Capim y Xingu en marzo de 2023, que la historia, trayectoria, actuación y auto-organización de los jóvenes egresados ribereños en el territorio de la Amazonía tocantina ha constituido por su formación en movimientos sociales y también en LEdoC en la defensa de su territorio frente al proyecto de Cargill S.A. en la región insular de Capim y Xingu.

Palabras Claves: Educação superior do campo. Juventude Ribeirinha. Práxis.

Abstract: The study is a partial result of the thesis research that aims to understand the contributions of the training process of the Degree in Education in the Field-LEdoC - of the Federal University of Para-UFPA, - Campus of Abaetetuba/PA, for the promotion of self-organization of the Riverside Young People who graduated from this course in their territories, through the analysis of their praxis in different socio-professional and community spaces. It was verified in the field research and semi-structured interview, carried out on the island of Capim and Xingu in March 2023, that the history, trajectory, performance and self-organization of the young riverside egress in the territory of the Tocantina Amazon has been constituted by her training in social movements and also in LEdoC in the defense of their territory against the Cargill S.A project. in the Capim and Xingu island region.

Keywords: Higher rural education. Riverside Youth. Praxis.

Larissa de Nazaré Carvalho de Aviz – Doutoranda em Educação pela Universidade de Brasília e professora na Universidade do Estado do Pará. E-mail: larissavizufpa@gmail.com

Monica Castagna Molina – Professora Associada da Universidade de Brasília (UnB), do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. E-mail: mcastagnamolina@gmail.com

INTRODUÇÃO

O território amazônico é compreendido neste trabalho em sua complexidade, entre avanços e retrocessos, que, por um lado, demonstra uma grande exploração e dominação territorial, com violências que se amplificam com a instalação maciça de corporações exportadoras de *commodities*, mas que, por outro lado, neste mesmo território amazônico, é compreendido como espaço político por excelência, campo de ação e de poder, onde existem e persistem diversas formas de resistência e se realizam determinadas relações sociais (MALHEIRO et al, 2021; MOLINA, 2017).

De acordo com Santos (2020, p.55), a Amazônia é vista como a “menina dos olhos do mundo”. Desde a expansão da ocupação do território, na década de 70, essas ocupações e disputas não cessaram. O capital imperialista, nos últimos anos, tem avançado com grandes projetos, com o objetivo de se apropriar dos recursos naturais e expulsar os povos tradicionais habitantes da sua imensa floresta. Há, sem sombra de dúvidas, um processo crescente de desterritorialização.

A Amazônia sofre com o desmonte ocorrido nas leis de abertura para exploração das terras indígenas por grandes conglomerados apoiados no governo Bolsonaro (2019-2022), sendo este o cenário ideal da comercialização da Amazônia pelo agronegócio-minério- hidronegócio, exploração das jazidas de minério e a exportação de madeira.

Nesse contexto, o território ribeirinho em Abaetetuba/PA¹ tem sofrido e resistido à grande degradação do território, mesmo estando cada vez mais difícil essa resistência; com o aumento de conflitos e mortes no campo, as mulheres ribeirinhas, indígenas, quilombolas, assentadas, têm indo à luta na busca de resistir a esses ataques catastróficos em seus territórios.

Segundo os dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT (2022), em Abaetetuba, o conflito pelas águas (barragens e açudes), contra a empresa Hydronorte Alunorte, atingiu 7.000 (sete mil) famílias na ilha do Capim. Essa realidade recai fortemente sobre a vida de muitos ribeirinhos e ribeirinhas que existem nesse território, que tem sido tão cobiçado por grandes conglomerados do capital internacional. Neste caso, tem-se o caso do Porto da Cargill, que tem assombrado o território ribeirinho do Baixo Tocantins, em especial, neste estudo, a ilha do Capim e a Xingu, que fica situada na baía do rio Capim. A ilha é dividida em cinco identidades territoriais (Quebra Pote, Terra Firme, Marituba, Caratateua e Vila Católica) e a reserva ecológica que faz parte do Assentamento Agroextrativista² PAE Santo Antônio da ilha do Capim (SOUZA; RAMOS; SILVA e MODESTO, 2018).

Nos últimos anos, no Brasil, tem se reproduzido e constatado nas pesquisas acadêmicas também, bem como nos dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT, que há um movimento que foi fortemente bancado pelo então governo bolsonarista, da bancada ruralista (oligarquia agrária), que representa, na história do Brasil, a maior centralização de recursos, a maior repressão e opressão para com os povos originários, ribeirinhos, camponeses, mulheres, homens do campo, articuladas com outras frações de classe que são identificadas e analisadas como: a) bancada da bala (milicianos); b) bancada da bíblia (fundamentalismo religioso pentecostal, “católico carismático ou da Opus Dei, e outras formas religiosas judaicas ou maçônicas, sempre integradas ao neoliberalismo).

¹O município de Abaetetuba-PA está localizado na porção setentrional do Estado do Pará, na microrregião do Baixo Tocantins, distantes a 60 km, em linha reta de Belém. Esse município possui extensão territorial de 1.610,654 km², limita-se ao Norte com o Município de Barcarena e o rio Pará; ao Sul, com o município de Igarapé-Miri; a Leste, com o município de Moju e, a Oeste, com o município de Limoeiro do Ajurú e com a Baía de Marapatá (SILVA, RAVENA E FERREIRA, 2022)

² Criado pela Portaria N° 55 de 16 de dezembro de 2005/INCRA.

mo)”; c) a bancada do “Boi” (agronegócio); e, finalmente, a do Banco (capital financeiro internacional) (RIBEIRO; SILVA, 2022, p.187).

Entre as categorias que causaram conflitos por água, destaca-se, no ano de 2021, a mineração internacional, tendo sido responsável por 29,60% deste tipo de conflito. Entre os mais atingidos foram escolhidos para serem destruídos, com a conivência do Governo, ribeirinhos (em 19,49%); quilombolas (14,47%) e indígenas (17,10%). Nesta conjuntura (entre 2020 e 2021), destacam-se os estados de Bahia, Pará e Minas Gerais. (Ibid, p.193)

Na mesma linha de análise, há a importância de se investigar e observar as diferentes formações societárias e comunais, onde as mesmas precisam se organizar partindo de si mesmas em uma ação abaixo do poder selvagem, ou seja, movimentam-se em classe para alinhar-se enquanto luta de classes contra o capital. Como exemplo, o protagonismo camponês dos anos 1990 e 2000 e, hoje, “o protagonismo indígena que se constitui, e afirma para além das fórmulas do enquadramento marxista domesticado nas academias ocidentais ou aquele imposto abstratamente pelas Internacionais.” (RIBEIRO e SILVA, 2022, p.188).

Em relação às mulheres e às mulheres como liderança dos movimentos sociais, tem-se cada vez mais “corpo-território” abusado, violado e exterminado com crueldade e que tem sido publicamente amenizado, tanto pelo Estado como pelos interesses privados. As mulheres indígenas têm sido, nos últimos anos, particularmente, as mais afetadas em termos de perseguição e violência³ no país. Assim, a violência contra mulheres nos conflitos do campo tem sido configurada sobre ameaça de morte e a intimidação, que representam 31,25% e 13,54% das violências sofridas por elas; a humilhação situa-se como a quinta violência mais sofrida por mulheres, representando 7,29% (RIBEIRO e SILVA, 2022).

Além desses dados, vale também reiterar que, para as mulheres quilombolas, a humilhação representa a violência mais recorrente, representando 40% do total. É, pois, a principal violência sofrida por elas mais do que os homens, sendo que, para eles, a violência de humilhação representa 25% das violências sofridas.

Há uma nítida sinalização de que a humilhação indica o agravante de ser negro (a) e ser mulher nos conflitos no campo, isto é, a condição entre gênero, raça, classe e território estão intrinsecamente relacionadas e precisam assim ser analisadas. A condição de agravante de ser uma mulher quilombola mostra-se ainda mais gritante quando observamos o conjunto das violências sofridas por elas entre os anos de 2011 a 2021: 21,13% das violências foram estupros. (RIBEIRO e SILVA, 2022, p.191)

Apesar destes absurdos conflitos e violências contra a vida de mulheres no campo, elas seguem lutando ininterruptamente por um viver digno, uma vez que seus corpos são territórios que fecundam vidas e representam vidas em seus lugares de fala, resistência, existência e luta. As mulheres do campo emergem na tessitura que articula passado, presente e futuro, “impregnado de necessidades defensivas para estar vivo como comunidade. O existir comunal se faz a partir de um

³ Sobre os conflitos no campo no Brasil, os dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT (2021) registram 27 conflitos trabalhistas, sendo que o maior registro ocorreu em Ourilândia do Norte, com garimpo, Extração de minério – ouro.

viver ancestral que carregamos pelo compromisso com as gerações que passaram e as que virão.” (Ibid, p. 194).

Nesse viés, a Educação do Campo, em especial a LEdoC, ganha força por estar situada exatamente nas confluências de forças entre as classes. É preciso ampliar os estudos, as pesquisas que estejam entre o debate e ataques sobre gênero, raça, classe, onde se tem tentativas de bloquear a reorganização “das relações entre mulheres e homens.” (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO; 2020, p.20).

O curso da LEdoC, que vem sendo desenvolvido em todo o território brasileiro⁴, está vinculado a um projeto histórico de construção de uma nova perspectiva social que busca transformar o modelo hegemônico de desenvolvimento do campo, que tem sido tomado como estratégia de compreensão e luta de diversas problemáticas inerentes ao campo no Brasil, isto é, perpassam desde aspectos econômicos, políticos, educacionais e as próprias relações sociais, em que destacamos as relações de gênero, classe e raça. Ou seja, nesse contexto do encontro das águas com sujeitos ribeirinhos e ribeirinhas, a formação na LEdoC também tem contribuído para que os sujeitos se auto-organizem e se fortaleçam nos movimentos sociais e contra-hegemônicos ao grande projeto do Capital, como no caso o projeto portuário da Cargill na ilha do Xingu no Baixo Tocantins (GONÇALVES, 2019).

Não obstante, é imprescindível atribuir à presente pesquisa o sentido de novidade, e também de urgência, uma vez que há grande necessidade de pesquisar as mudanças que também vêm acontecendo na ilha do capim em função da devastação do capital internacional no interior de Abaetetuba, que demarca a luta pelo direito da vida humana, sem distinção de classe, gênero, raça, lugar, identidade; a educação como direito à classe trabalhadora, que, nesse território, é resultado da luta em movimento dos movimentos sociais em sua totalidade e dialética.

Em síntese, e concordando com Biroli, Viggione e Machado (2020) e Gonçalves (2019) sobre a importância que se tem e da urgente necessidade que se toma nesse contexto, a pesquisa enfatiza a vida do/no campo como vidas que importam! As vozes de mulheres ribeirinhas, quilombolas, acampadas que sofreram e sobreviveram nos últimos tempos sob forte pressão do Estado e do capital, importam!

Partindo dessas reflexões, as premissas que se pode inferir:

- a) Os estudo e pesquisas sobre mulheres do campo representam a luta histórica, educativa, política e social de seres humanos que sempre tiveram suas vozes caladas e reprimidas e de que é inquestionável e, ao mesmo tempo, urgente tornar visível no campo teórico e prático da Educação e da Educação do Campo. Um movimento contra-hegemônico, que paute a História da mulheres, o direito da mulher, o respeito, pois o Patriarcado é um sistema que está enraizado em toda sociedade;
- b) A formação de educadoras carrega, em seu bojo histórico, questões de gênero , raça, classe, influenciando e influenciado diretamente as políticas públicas educacionais no Brasil;
- c) Questões de gênero, raça, classe, no campo da Educação do Campo na Amazônia Tocantina, representam um estado de luta e posicionamento social e político, logo, descaracterizando a falácia do neoconservadorismo, que tenta diminuir os movimentos pela igualdade de gênero, raça e classe.

⁴ São mais de 30 Instituições ofertando o Curso de Licenciatura em Educação do Campo em todo o território brasileiro.

Neste viés, compreende-se a importância desta proposta para ressaltar a necessidade de estudos e pesquisas sobre essas categorias específicas que engendram o presente estudo: Educação superior do Campo, Juventude Ribeirinha, auto-organização e Práxis.

1. Educação Superior do Campo

O ponto de partida deste texto é a ideia de que a educação e a formação de educadores e educadoras constituem campos de disputa que demarcam dois tipos de concepções formativas: 1) aquelas que buscam a alienação e conformação dos homens e mulheres à realidade dada; e 2) outras que buscam a transformação e emancipação social e dos sujeitos. Tais diferenças de concepções formativas tem lados opostos: um focado no trabalho e outro focado no capital. Com base nesse pressuposto, orienta-se como compreensão de que a Licenciatura em Educação do Campo - LEdoC é um curso que adota o regime de alternância pedagógica entre Tempo Universidade (TU) e Tempo e Comunidade (TC), é a Pedagogia da Terra dos povos da terra e com os povos da terra, tendo como propósito a articulação entre educação e a realidade específica do campo, visando contribuir (direta e indiretamente) para o desenvolvimento local, além de trazer valores humanísticos para a sociedade (GIMONET, 2014).

Ou seja, trata-se de uma formação destinada à classe trabalhadora do campo, que propõe a formação integral de educadores(as) para além da sala de aula, pautada em três dimensões: preparar para a habilitação na docência por área de conhecimento, para a gestão de processos educativos escolares e para a gestão de processos educativos comunitários (MOLINA et al, 2017).

A Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC é produto de lutas, resistência e insistência que, a partir dos cursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), instituído pelo governo federal em 16 de abril de 1998 e que ainda hoje está em vigência, mesmo que sob fortes tensões, conquistaram o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, que acentua para a formação de educadores e educadoras do campo e para “que se constitua desde a especificidade do campo (que inclui uma estrita relação entre educação e processos de desenvolvimento comunitário)”, é, pois, um projeto de formação de educadores e educadoras que toma como referência a Pedagogia Socialista (CALDART, 2011, p.99).

No Campus de Abaetetuba da UFPA, o curso foi instituído em 2010, por meio do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO, com objetivo de assegurar uma Educação do Campo que contextualize conhecimentos a serem desenvolvidos para o mundo do trabalho, em seu movimento de integração entre os conhecimentos práticos, políticos, culturais, sociais e econômicos (UFPA, 2016a).

Assim, o curso vislumbra o exercício do trabalho a partir de discursos de identidade, perfis, currículo vinculados aos povos do campo, onde se fundamenta um projeto de formação de educadoras e educadores que valoriza a vida no campo em sua diversidade, é pensar o campo dialogando com os conteúdos, com a realidade, com a atualidade, com as famílias, comunidades formando lideranças de equipes para o desenvolvimento e protagonismo dos sujeitos em sua coletividade.

Nessa perspectiva, as dimensões formativas das jovens mulheres ribeirinhas que participam da LEdoC também estão situadas nesse trabalho, onde se deve responder às necessidades do educador e educadora que atua com populações ribeirinhas, quilombolas, pesqueiro, assentados, nos aspectos tanto pedagógicos quanto do contexto político, social, cultural e econômico que esses

sujeitos vivem. Pois é nessa compreensão da realidade local que ela(s) poderá(ão) contextualizar a(s) sua(s) prática(s) pedagógica(s) numa perspectiva contra-hegemônica ao capital, aos projetos neoliberais que estão, cada vez mais, avançando em seus territórios.

Às LEdoCs compete formar criticamente os educadores que por elas passam, de tal forma que seus egressos tenham as condições necessárias de promover a formação da juventude camponesa que frequente as escolas do campo nas quais esses educadores atuem, não apenas socializando com eles conhecimentos científicos da área de habilitação à qual se titularam, mas também promovendo, nesses processos de socialização, práticas pedagógicas capazes de contribuir com os processos de auto-organização desta juventude, na perspectiva de construir processos produtivos e de geração de renda que lhes possibilite continuar existindo como camponeses. (MOLINA e MARTINS, 2019, p.30-31)

Nesse viés, a discussão de gênero e a educação superior do campo é, sobretudo, essencialmente pela necessidade histórica de resgatar, refletir sobre a história de muitas mulheres que foram e são silenciadas, agredidas, violentadas cotidianamente, e isso não é diferente com as ribeirinhas, quilombolas e indígenas; mas também é de resistência, de formação escolar e política, que também são alternativas para a emancipação dessas mulheres em seus territórios, como é a LEdoC, em diferentes espaços do campo no Brasil. É preciso (trans)formar essa forma escolar que se apresenta desvinculada da realidade, da vida, do trabalho dos sujeitos do campo, em especial das mulheres, para que se reconheçam, se posicionem, se valorizem contra à reprodução da sociedade patriarcal, que ressalta, por exemplo, que a violência contra mulheres deva ser considerada como “normal”, que precisa ser assim ou que sempre foi assim.

Em tempos de negação de direitos, continuar a caminhada em defesa dos outros sujeitos oprimidos e violentados é um ato de resistência. (BIROLI, VAGGIONE e MACHADO, 2020).

Em síntese, as leituras e interrogações que estão presentes a cada busca por conceitos sobre gênero, luta de classes e formação de educadoras ribeirinhas, internalizam significados e sentimentos de força, de formação, de ruptura e lutas por emancipação.

Conhecer a historicidade sobre a inserção e exploração de mulheres na sociedade precisa ser mediada como campo de identificação de quem são essas mulheres nos seus espaços de reafirmação de lutas na garantia de direitos. Por isso, pensar em uma formação humana com um outro paradigma pedagógico é ampliar o olhar sobre a história das mulheres do campo, das mulheres que sempre estão organizando, trabalhando, conduzindo os movimentos, porém, poucas vezes são ouvidas e vistas.

Assim, pensar a LEdoC como projeto de sociedade “possui caráter de ação afirmativa na contribuição para a transformação da realidade do campo e para a emancipação de homens e mulheres (camponeses, assentados, ribeirinhos, assalariados, populações tradicionais)” que, por muito tempo, foram oprimidos (FALEIROL e FARIAS, 2017, p.4).

Nesse sentido, a pesquisa que se apresente neste espaço tem rosto, história, território, cor e luta definida: é de uma jovem ribeirinha egressa do Curso de Licenciatura em educação do Campo, da LEdoC/UFPA Abaetetuba, e sua atuação e participação no **IV Grito das Águas** – com o tema “Água sagrada. É direito. Não mercadoria.” –, ocorrido no dia 20 de março, no Porto Igarapé Areia, na comunidade São José Vilar, que reuniu cerca de 500 pessoas de 42 comunidades das ilhas de Abaetetuba.

Essa experiência foi de suma importância para compreender a auto-organização da egressa, que será identificada como Rosa⁵, através da análise de sua luta e resistência junto com vários ribeirinhos e ribeirinhas que gritam, resistem, lutam em defesa de seu território contra o grande projeto de destruição da Cargill.

Em síntese, a Educação Superior do Campo se apresenta como projeto alternativo de sociedade, propõe a emancipação humana e a transformação da estrutura da sociedade por meio de um projeto contra-hegemônico, pensado junto com os movimentos sociais. Se apresenta como um caminho para construção de um modelo de educação que corresponda e valorize os povos e saberes do Campo.

2. Juventude Ribeirinha

As lutas feministas “produziram avanços na legislação relativa à violência doméstica e ao estupro em diversas partes do mundo, mas permanece alto o nível de estupros e assassinatos de mulheres por homens com quem tiveram relações afetivas.” (BIROLI e MIGUEL, 2014, p.3).

Esse movimento de ruptura e emancipação provoca a pensar e buscar situar que a formação que nesse espaço de lutas e memórias se delimitam dando significado, aportando sentido às palavras e à pesquisa que transitam por vertentes tão necessárias e atuais sobre mulheres do campo na Educação do Campo, são sujeitos que sobrevivem sobre grandes conflitos territoriais e mundiais, lutando pela garantia de seus direitos, por respeito, pela vida, por saúde e educação, dentre outras demandas. São mulheres de cor, raça, classe e opiniões que ainda hoje possuem presença negada e direitos retirados. Um viver que, historicamente, foi construído com pouca ou quase sem reconhecimento e dignidade prisioneira de uma sociedade classista, desigual, racista, preconceituosa e conservadora.

Para Gonçalves (2019), as questões de gênero no campo não estão desarticuladas dos aspectos gerais da luta histórica por relações de igualdade entre homens e mulheres, muito menos são meras reproduções desta. São demarcações que constroem reflexões e práticas no seio da luta de classes, pois nenhuma forma de análise deve estar neutra das subjetividades do que vem a ser, a cada tempo, compreendido e disseminado enquanto uma luta social e histórica das mulheres.

No movimento histórico, é possível perceber a apropriação e divisão de estudos sobre o feminismo que se incorporam em epistemologias analíticas a partir do sujeito, do contexto, da classe e raça. São corpos, memórias e culturas que são e foram silenciadas durante séculos (SAFFIOTTI, 2013). Estudar hoje sobre essa categoria é enveredar por um caminho científico consubstancialmente necessário para a compreensão da história das mulheres na sociedade, bem como a busca necessária por essa articulação teórica e prática/práxis nas instituições de debate, educação e de políticas públicas.

Isto posto, cabe situar que gênero é compreendido nesta pesquisa para além de uma categoria analítica, mas como uma categoria histórica. Gênero é uma categoria política, cultural, determinante/determinada pela divisão sexual e social do trabalho. Além disso, gênero é uma categoria necessária de inflexão do pensamento “que pode, perfeitamente, se fazer presente também nos estudos sobre mulher, dos quais é extremamente precoce abrir mão” (SAFFIOTTI, 2013, p. 18).

⁵ Rosa faz referência a uma jovem mulher da ilha do Capim, egressa da LEdoC do Campus da Universidade Federal do Pará de Abaetetuba. Atualmente, é estudante no curso de mestrado em Sustentabilidade, junto aos povos e territórios tradicionais na Universidade de Brasília (PESQUISA DE CAMPO, 2023).

Assim, a orientação para a compreensão do gênero se situa na dimensão crítica, onde os sujeitos são compreendidos em suas relações a partir da divisão de classes, olhar para a sociedade capitalista e compreender o todo em que está inserido o sujeito. Desse modo, Saffioti (1987, p. 275-276) destaca:

Conceber gênero como uma relação entre sujeitos historicamente situados é fundamental para demarcar o campo de batalha e identificar o adversário. Nestas circunstâncias, o inimigo da mulher não é o homem nem enquanto indivíduo, nem como categoria social, embora seja personificado por ele. O alvo a atacar passa a ser, numa concepção relacional, o padrão dominante de relação de gênero. Diferentemente do que se passa com frequência, o gênero não regula somente relações entre homens e mulheres, mas normatiza também relações homem-homem e relações mulher-mulher.

Por isso, é importante situar que a construção teórica que demarca essa tese possui cor, gênero, classe, é um movimento histórico situado no tema da Educação do Campo. Ou seja, a formação no curso da LEdoC ofertada às jovens ribeirinhas na Amazônia Tocantina são demarcações que constroem reflexões e práticas no seio da luta de classes, onde se observa que, no centro desse movimento, estas mulheres são seres situados social, econômica, cultural, política, ambiental e historicamente. São múltiplas determinações que estão presentes no processo de formação das jovens ribeirinhas egressas da LEdoC. Assim, para Gonçalves (2019, p.210):

a mulher camponesa em suas práticas de reprodução e produção da vida desafiam constantemente dois dos principais fundamentos do capitalismo: a propriedade privada, na defesa da reforma agrária e na luta cotidiana nos acampamentos, assentamentos e lotes, movimentos sociais/sindicais; e a família nuclear burguesa, de base patriarcal, no momento em que se auto organizam, ocupam espaços profissionais e políticos de tradição machista e implementam pautas históricas, que perfazem o processo de emancipação feminina.

Neste espaço formativo, estas mulheres têm definido história, projeto, cultura, luta, resistência, reforçando no curso de Licenciatura em Educação do Campo sua identidade de mulheres ribeirinhas do campo, além disso, reforçam também as possibilidades dessas jovens estarem ocupando espaços de trabalhos que são necessários para o fortalecimento das comunidades, de seus territórios, de sua identidade. Gonçalves (2019) pontua que as mulheres que acessam o Curso da LEdoC passaram por diversas barreiras sociais pela vida, e, muitas vezes, essas dificuldades estão ancoradas por serem quem são e de onde são, mulheres oriundas da classe trabalhadora em geral; indissociavelmente, encontram-se articuladas dificuldades de classe, gênero, raça, desigualdade socioeconômica.

As/os jovens ribeirinhos(as)⁶ são aqueles que vivem a realidade das ilhas, furos⁷, caminhos do rio Tocantins e Pará. Essa juventude apresenta singularidades, constituídas a partir das suas relações sociais, de sua condição de classe, da sua história, de seus saberes e conhecimentos.

⁶ Sobre a situação do domicílio na região Norte, os jovens da zona rural representam 17,5 %, enquanto os jovens da zona urbana representam 5,1 %. Proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade, com menos de 11 anos de estudo e que não frequentam instituição de ensino (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018).

⁷ Os furos são caminhos mais estreitos de água formados pelos rios. Os furos são canais com entrada e saída.

Compreende-se que a definição de juventude é uma construção social, histórica, e é demarcada pela questão de classe social. A pesquisa sobre a auto-organização de jovens ribeirinhas egressas da LEdoC e sua práxis possibilita a reflexão acerca de uma realidade que envolve, hoje, uma parcela da classe trabalhadora, que faz parte do movimento social que mantém a juventude como fruto da organização social e política dos interesses e anseios dos povos do campo.

Sobre a categoria juventude, nos baseamos em Groppo (2011, 2020), Frigotto (2004, 2009), Spósito (2002) e Mandetta (2013), que a definem como uma construção social e histórica: não é possível falar em juventude genericamente, pois cada grupo social constitui uma concepção de jovem.

Nesse sentido, não é possível falar em juventude ribeirinha sem levar em consideração as diferenças que apresentam entre si – de sexo, cor, raça e origem social:

Dessa maneira, há diferentes representações sociais sobre juventude: ser jovem em periferias urbanas não é a mesma que ser jovem em bairros abastados; assim como há diferenças entre o jovem de classe média que ingressa no mercado de trabalho após a formação universitária e o jovem das camadas populares que ingressa no mercado de trabalho antes de terminar a sua formação escolar básica. (MANDETTA, 2013, p. 39)

A definição de juventude é uma construção social, histórica, e é demarcada pela questão de gênero, raça e classe social. Nesse sentido, nosso foco é olhar para esta juventude da classe trabalhadora do Baixo Tocantins⁸, onde, segundo o IBGE (2018), se registrou maior participação em relação ao seu contingente populacional, estimada em 31,56% (269.997 jovens). Dentre os municípios da Região de Integração - RI, Abaetetuba apresentou o maior número de jovens (51.096), seguido por Cametá (42.918 jovens).

Na pesquisa de Azevedo (2022), a singularização de juventudes ribeirinhas e quilombolas é compreendida no território do Baixo Tocantins a partir do contexto sociocultural de seus territórios, das condições de vida, nas percepções e apreensões a partir da realidade em que estão inseridos, na construção dos seus projetos de vida, ou seja, o estudo e pesquisa sobre as mulheres ribeirinhas no Baixo Tocantins egressas da LEdoC são demarcados por: a) a realidade que estão inseridas, compreendendo o território como espaço de disputa de classes, projetos de grandes empresas capitalistas na região; b) gênero, raça, classe e território; e c) educação e luta de classes. São esses contextos que se integram ao sentido de se pesquisar o território amazônico em sua totalidade e contradições. Conforme comenta a jovem ribeirinha:

[...] ser mulher ribeirinha é, não sei como formular isso, mas é porque tá dentro da gente e talvez colocar isso em palavras seja difícil. Talvez eu tenha que pensar sobre isso. Mas é algo que vem de dentro, que vem da ancestralidade, que vem de nossos ancestrais [...] talvez, eu não saiba traduzir esse meu pertencimento em palavras.[...] o rio é quem atea assim, quem margeia a nossa vida, e é a partir dele que a gente se constrói e constrói tudo que estar ao redor,

⁸ Seguindo a FAPESPA (FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS, 2020), a RI do Tocantins é formada por 11 municípios, o que representa 10% da população do Estado. Abaetetuba é o município mais populoso da região, com 156.292 habitantes (18%), seguido por Cametá, com 136.390 habitantes (16%) e Barcarena, com 122.294 habitantes (14%); com taxa de crescimento populacional de 1,83% entre 2010 e 2018, acima da média estadual de 1,46% (FADESP, 2020, p. 12).

então é nessa relação com o rio e com a natureza que a gente vai se constituindo dentro das lutas, dos processos de associativismo dentro da comunidade, de partilha de conhecimento, de saber de uma construção coletiva[...] (ROSA, pesquisa de campo, 2023)

É dentro desse contexto que a pesquisa sobre a juventude ribeirinha ganha força, em Abaetetuba, que possui aproximadamente setenta e duas (72) ilhas, entrelaçadas por rios, furos e igarapés, ou seja, é um espaço assentado numa “geografia de ilhas, de estradas e de ramais e dentro dele estão onze comunidades quilombolas existentes e diversas outras que são identificadas como ribeirinhas” (CPT e MORIVA, 2009, *apud* POJO, 2015, p. 148).

A jovem ribeirinha Rosa, sujeita da pesquisa, pertence ao território das ilhas de Abaetetuba, Ilha do Capim, é filha de agricultor, pescador, extrativista, formada na primeira turma (2016) de Licenciatura em Educação do Campo da UFPA de Abaetetuba, com habilitação em Ciências Sociais e Humanas e, atualmente, é estudante de Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Território Tradicionais na Universidade de Brasília.

Rosa é uma jovem mulher ribeirinha que mantém sua relação e posição frente à luta dos movimentos das ilhas em torno do projeto portuário Terminal de Uso Privado (TUP) da multinacional Cargill Agrícola S.A, em Abaetetuba-PA, projeto este que está diretamente associado à expansão/invasão da produção do agro-minero-hidro-bio-carbono-negócio para novas fronteiras espaciais, com forte impacto no conjunto da Amazônia (MALHEIRO, et al, 2021).

Segundo Silva, Ravena e Ferreira (2022, p.3), o projeto tem como objetivo construir o maior porto fluvial graneleiro, em capacidade de movimentação no Arco Norte. “Na região, Abaetetuba passará a receber as barcas com soja trazidas de Santarém-PA, inserindo-se na economia globalizada como corredor de exportação de commodities” correspondendo aos interesses e anseios do mercado internacional.

A multinacional Cargill atua no Brasil desde 1965 e é uma das maiores companhias do agronegócio mundial. As intenções de construção do terminal fluvial graneleiro no Pará completa a estrutura logística da multinacional, garantindo o aumento da capacidade de escoamento da safra brasileira de grãos, pois representa uma alternativa para os portos saturados do Sul e Sudeste do país. (SILVA; RAVENA e FERREIRA, 2022, p.4)

Essa realidade demarca a vida de muitos ribeirinhos e ribeirinhas que existem e resistem neste território que tem sido tão cobiçado por grandes conglomerados do capital internacional. O projeto é explorar, ocupar e desterritorializar os povos do campo, enfraquecendo cada vez mais a cultura, a identidade, a educação dos sujeitos que estão há séculos vivendo nesse território.

Assim, em cada época e em cada sociedade, a educação reflete as condições do desenvolvimento social, o nível de desenvolvimento das forças produtivas e a relação de forças entre as classes envolvidas. A luta pela escola de qualidade que respeite as necessidades e a realidade da classe trabalhadora tem sido uma briga secular; a luta de jovens mulheres ribeirinhas, quilombolas, pescadoras, assentadas, atingidas por barragem é real e urgente.

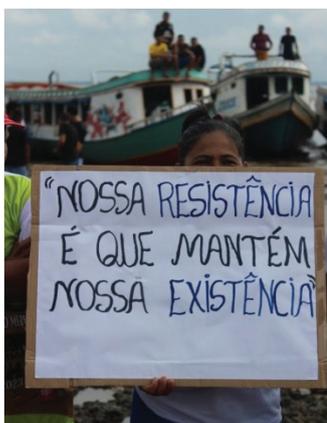
3. Da Auto-organização à Práxis

No dia 22 de março de 2023, na ilha do Xingu, no porto Igarapé Areia na comunidade São José Vilar, ocorreu o **IV Grito das Águas** com o tema “Água Sagrada. É direito. Não mercadoria”, onde se reuniram cerca de 500 pessoas de 42 comunidades das ilhas de Abaetetuba (PA). O encontro de tantos representantes comunitários, mulheres, homens e crianças, jovens, adultos e idosos, denunciaram as ameaças que vêm sofrendo em seus territórios, em especial, pela Cargill S.A, como já foi mencionado anteriormente. Esse projeto avança na ocupação dos rios e modificam violentamente o modo de vida dessas populações, modificam os espaços de onde retiram seus alimentos, a pesca, a caça, isto é, todo o seu sustento (MALHEIROS, et al, 2021).

O **IV o Grito das Águas** é um movimento organizado pelas comunidades e representações institucionais como a Cáritas Rainha da Paz, entidade membro da Cáritas Brasileira Regional II, Movimento dos Ribeirinhos Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), Comissão Pastoral da Terra - CPT Guajarina, Colônia de pescadores Z -14, Cáritas Comissão Diocesana e Ribeirinha de Enfrentamento aos Grandes Projetos, e da Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE. Mas esse encontro só foi possível de ser vivenciado pois Rosa participa diretamente de sua organização, junto com os moradores ribeirinhos da ilha do Capim e Xingu.

Nessa imersão de pesquisa de campo e participação nesse profundo, e necessário, encontro das águas (conforme Imagens 01 e 02), é possível afirmar o quanto esses sujeitos são envolvidos e estão lutando pelo direito à vida, à comida, pelo seu direito de ter direito à água. A auto-organização é compreendida enquanto organicidade coletiva desses sujeitos, é por meio de sua materialização que ocorre o fortalecimento do movimento de resistência coletiva de determinado grupo social.

Imagem 01 - Mulheres reivindicando seu território. **Imagem 02** - Mulheres reivindicando respeito.



Fonte: IV Grito das Águas, 2023.



Fonte: IV Grito das Águas, 2023.

Pistrak (2011) acentua que a auto-organização sem a existência do coletivo na escola soviética é um projeto que nasce morto. Isto é, não pode existir projeto de escola e formação de educadores e educadoras sem que exista a valorização e intensificação do trabalho e organização coletiva.

A auto-organização vislumbra, dentro da composição curricular e pedagógica das LEdoCs, o fio condutor para a tomada de consciência dos coletivos sociais, de gênero, etnia, raça, camponeses, quilombolas, trabalhadores empobrecidos que se afirmam e se reconhecem no processo formativo de sujeitos de direito.

Conforme argumenta Silva, Ravena e Ferreira (2022, p.7):

As comunidades tradicionais de Abaetetuba estão organizadas e engajadas na luta pelos direitos comuns, como recursos naturais, água, território, manutenção da vida, saberes e práticas coletivas enraizadas nos seus modos de existência social. O movimento social local, formado por pescadores, extrativistas, açaicultores, carpinteiros, lavradores, artesãos, marítimos, ribeirinhos, constituem uma somatória de categorias sociais, não apenas luta de resistência ao poder da empresa.

É nessa realidade, de luta, resistência, trabalho, educação, auto-organização e práxis que Rosa está inserida, sua atuação tem sido, desde muito jovem, nos movimentos sociais, nas formações da comunidade Ecresial de Base, e sua formação e pertencimento foi reforçado na LEdoC e, agora, no curso de Mestrado da UNB.

É compreendendo sua identidade enquanto ribeirinha que Rosa tem contribuído na organização das lutas e na melhoria da educação, da política e da formação de sua comunidade. Ela tem um protagonismo essencial na sua comunidade, sua auto-organização tem sido baseada e construída através de pesquisa, formação, junto à sua comunidade para melhorar a vida de todos. Como ela afirma:

[...]Eu cresci dentro de uma comunidade tradicional, dentro de uma família tradicional. Minha principal base é a comunidade Ecresial de Base, que foi ali dentro que eu cresci, que eu me formei, que eu comecei a participar dos movimentos, (éé...) das pastorais, então desde muito cedo, por conta da minha família eu fui engajada dentro desses processos. É, mas para mim auto identificar como ribeirinha, por exemplo, eu só vim ter a, talvez, não sei se chamaria de consciência, mas de me apropriar mesmo disso, quando eu entrei dentro da Universidade e não foi um processo muito fácil, porque quando eu entrei na Universidade o Curso de Educação do Campo, ele tem um olhar, assim, diferenciado, principalmente dos outros cursos quando olham. [...]aí eu passei a entender que era importante eu me auto afirmar como ribeirinha, como pertencente a uma comunidade tradicional e isso foi se tornando importante nesse processo para mim. Mas eu só fui assim, passar não a valorizar, mas a me auto afirmar mais ainda quando eu cheguei no mestrado e que ali eu vi o quanto era importante eu defender essa minha identidade, que é a identidade também da minha comunidade. (ROSA, pesquisa de campo, 2023)

É nesse movimento que se faz necessário pontuar, a partir de um projeto que se apresenta articulado às questões de luta de classes, para garantir uma outra forma de lecionar que esteja ancorada a um projeto educativo que seja organizado e pensando pela classe trabalhadora, pelos movimentos sociais, das lutas correspondentes ao compromisso de uma nova sociedade, uma nova hegemonia. Toda práxis é atividade, mas atividade intencional, pois se pauta no trabalho, na ação e na transformação do sujeito e do meio em que está inserido (VÁZQUEZ, 2011).

A Práxis torna-se, neste espaço de lutas em que há a organização coletiva, a perspectiva da construção de uma nova forma escolar, na qual se busca formar educadores e educadoras capazes

de constituir, em sua prática pedagógica, a articulação entre escola e comunidades camponesas, entre a escola e a vida, isto é, entre a escola e o trabalho, entre estudo e a produção material da vida.

Araujo, *et al* (2014) apontam que a práxis requer, antes de tudo, uma atitude intencional diante da proposta pedagógica no processo de ensino-aprendizagem, com a apropriação do conhecimento como resultante de ações didáticas em torno da unidade teoria-prática, e em que as verdades resultem da imersão dos sujeitos no trato com a realidade, compreendida em sua totalidade.

Concordando com os autores e observando o processo de auto-organização da referida egressa da LEdoC, os ribeirinhos e ribeirinhas desenvolvem práticas social, cultural, educativa, ambiental e econômica que são cruciais para sua sobrevivência e existência. São intelectuais orgânicos⁹ que se organizam e se comunicam pelos interesses e anseios coletivos, o **IV Grito das Águas** em Abaetetuba, do povo, da natureza, das águas e de tudo que constitui o território ribeirinho, representa, com toda sua grandeza e diversidade, a vida; as vidas que, sob ameaça dos grandes empreendimentos da empresa Cargill, se unem, se organizam e lutam!

Nesse sentido, é possível acentuar caminhos na formação de educadoras no interior da Amazônia, nas instituições federais, na sociedade capitalista que não seja alienante, isto é, que não seja reprodutora da ordem vigente, mas, sim, que questione a forma escolar atual, questione a sociedade, os grandes projetos que têm sido cada vez mais presentes na Amazônia Tocantina. E que o trabalho contextualizado em seus saberes e conhecimentos historicamente constituídos, onde seja possível ultrapassar a formação fragmentada da classe trabalhadora nas escolas públicas do Campo e, assim, materializar a formação de educadoras(es) para além do capital.

Desse modo, é possível considerar, a partir dos resultados iniciais, que a inserção da egressa na LEdoC ajudou a fortalecer sua identidade enquanto jovem ribeirinha e tem sido importante para a sua auto-organização junto com os movimentos sociais ribeirinhos, para a luta e resistência do projeto portuário na Ilha do Capim e Xingu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a LEdoC, juventude ribeirinha, auto-organização e práxis, materializa-se na transformação e emancipação dos sujeitos e de seus processos formativos. A escola do campo é estudada, problematizada e construída para ter função social; essas são questões indissociáveis, pois aí se centraliza o desafio entre teoria e prática, entre trabalho como princípio educativo, auto-organização dos sujeitos em seus territórios. Por isso, a formação está pautada na emancipação dos sujeitos do campo, em sua coletividade, onde forma e conteúdo não se separam, onde as jovens ribeirinhas desse processo formativo compreendem sua própria história e a realidade como um todo.

Evidencia-se que, nesse movimento de rompimento e emancipação, situa-se sobre a educação e formação humana a partir da classe trabalhadora, nesse espaço de lutas pela vida, pela água, pelo território, aporta-se sentido às palavras e às pesquisas que incitam, por vertentes tão necessárias e atuais, sobre as mulheres do campo que enfrentam grandes conflitos territoriais em seu dia a dia, ocupando agendas na busca por respeito, vida, alimento, saúde e educação. São pessoas de cor, raça, classe e opiniões que, ainda hoje, possuem presença negada, direitos retirados, dignidade prisioneira de uma sociedade que se constituiu “eticamente” veloz no machismo estrutural, que, pela

⁹O termo orgânico, para Gramsci, se refere ao sentido vital do intelectual, que está relacionado às classes fundamentais de um determinado modo de vida social. Onde tem sido desenvolvido o intelectual orgânico em cada espaço, seja na estrutura ou superestrutura (GRAMSCI, 2001, no caderno 12).

divisão sexual do trabalho, reverbera sobre a polidez de gênero, raça, classes e educação (BIROLI e MIGUEL, 2014).

Tão logo, a emergência social e educativa que se faz no âmbito da Educação do Campo enquanto luta de classes é, sem dúvida, inquestionável. Portanto, compreende-se o curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC - como parte desta luta e como conquista dos movimentos sociais, uma vez que é fruto do documento final da *II Conferência Nacional de Educação do Campo*, realizada em 2004. Ou seja, em torno da história da Educação do Campo, há movimento de profunda luta por direitos dos povos do campo, dentre eles, ribeirinhos e ribeirinhas que fazem parte desse universo dialético (CALDART, 2010).

Realizar a pesquisa sobre a formação das jovens ribeirinhas a partir do curso de Licenciatura em Educação do Campo e de como essa formação tem contribuído em sua atuação no mundo do trabalho, ou de como contribui para mudar a vida de sua comunidade, de seu território, é uma proposta que recai na investigação sobre a função social da escola, da Universidade, na vida da juventude ribeirinha, e sobre as estratégias desse espaço formativo como um espaço de emancipação das mulheres.

De uma juventude que, muitas vezes, é esquecida pelas políticas públicas, são seus saberes, vivências que vêm sendo deixadas de lado, como corrobora Arroyo (2014), são os considerados in-humanos, os in-humanizados, os in-educáveis.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, et al. O ensino integrado como projeto político de transformação social. *Revista Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 161-186, jan./abr. 2014.

ARROYO, M. *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*. 2ª ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2014.

AZEVEDO, Grazielle de Assunção. *Juventudes Ribeirinha e Quilombola na FADECAM/UFPA: histórias e projetos de vida*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo - FADECAM da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, 2022.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, L.F. *Feminismo e Política: uma introdução*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____; VAGGIONE, J.M. MACHADO, Maria das Dores. *Gênero, Neoconservadorismo e Democracia*. 1 ed. São Paulo:Boitempo, 2020.

CALDART, R. *Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 127-154. (Cadernos do Iterra, n. 15, setembro 2010).

_____. Licenciatura em Educação do Campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área. In: MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. (Orgs). *Licenciaturas em Educação do Campo: registros e reflexões a partir das experiências-piloto (UFMG; UnB; UFBA e UFS)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 95-122.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo – Brasil 2021*. CPT Nacional – Brasil. Goiânia, abril de 2022

FALEIROL, Wender. FARIAS, Magno N. Inclusão de mulheres camponesas na universidade: entre sonhos, desafios e lutas. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 833-846, jul./set., 2017

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-216.

FRIGOTTO, G. Prefácio. In: ALGEBAILLE, E. *Educação pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos*. Rio de Janeiro: Lampararia; Faperg, 2009. pp.17-24.

GIMONET, J.-C. Da experiência pedagógica à alternativa educativa. In: BAUER, Carlos. et al. (org.). Texto produzido para o *VIII Colóquio de Pesquisa em Instituições Escolares: pedagogias alternativas*. UNINOVE-SP. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

GONÇALVES, M.S.N. *Gênero e Formação Docente: análise da formação das mulheres do campo do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação da UNB. Brasília, DF, 2019.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere, vol. 2*. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. A questão dos intelectuais Cadernos do Cárcere, v.2, Caderno 12.

GROPPO, L.; SOUSA, J. T. (org.). *Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo*. Florianópolis: UFSC, 2011.

GROPPO, L. et al. *Coletivos juvenis na universidade e práticas formativas: política, educação, cultura e religião*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estado do Pará*. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa.html>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MALHEIRO, Bruno. Et al. *Horizontes Amazônicos: para pensar o Brasil e o mundo*. 1 ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MANDETTA, F. A. Juventude, Trabalho e Escolarização: uma análise da trajetória de jovens de classes populares de Sosas. Campinas, SP. In: SOUZA, Neri. *Juventude e emprego: educar para qual trabalho?* Campinas: SP: Edições Leitura Crítica; ALB, 2013

MOLINA, Mônica. Contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para as Políticas de Formação de Educadores. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 140, p. 587-609, jul./set. 2017.

_____; MARTINS, Maria de Fátima. (orgs). *Formação de Formadores: reflexões em Educação do campo no Brasil*. 1ed. Belo Horizonte: Autentica, 2019.

PISTRAK, Moisey M. [1924]. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. Tradução de Daniel Aarão Reis Filho. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011

POJO, Eliana C. O rural quilombola do rio Baixo Itacuruçá-PA: aspectos da cultura, educação e ruralidade. *Idéias – Rev. Inst. Filos. Ciênc. Hum. UNICAMP*, v.6, n.1, p. 143-164, jan./jun. 2015

RIBEIRO, Ana Maria Motta. SILVA, Ana Cláudia Matos. Violência contra mulheres no campo no Brasil: produto de agência de classe da oligarquia agrária, visto por uma Sociologia “desde abaixo”. In: *Conflitos no Campo – Brasil 2021*. CPT Nacional – Brasil. Goiânia, abril de 2022.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

_____. *A Mulher na Sociedade de Classes - Mito e Realidade*. 3ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013

SANTOS, Jenijunior. *Licenciatura em Educação do Campo e Território Ribeirinho: desafios e potencialidades na formação de educadores para a resistência na Amazônia*. 2020. 238f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SILVA, João S. N. RAVENA, Nirvea. FERREIRA, Vanilda. Maré de resistência: a luta do movimento social ribeirinho frente à implantação portuária do agronegócio no Baixo Tocantins. *Revista Latino-Americana de Estudos Científicos*, V. 03, N.17 Set./Out. 2022.

SOUZA, Jobson. RAMOS, M. SILVA, A. MODESTO, R. A pesca e o pescador: relatos da experiência vivida na Ilha do Capim, Abaetetuba, Pará. *Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, Nº 1, Jul. 2018*. Acesso em 29 de abril de 2023, em: <<https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/984/439>>

SPÓSITO, M. P. (Coord.). *Juventude e escolarização (1980-1998)*. Brasília, DF: MEC/Inep/Comped, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Campus Universitário de Abaetetuba. *[Plano pedagógico do curso Educação do Campo: PPC atual 2016-2019*. Abaetetuba, 2016a]. Disponível em: <<http://fadecam.ufpa.br/images/anexos/PPC%20Edu.%20Campo%20atual.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2019.

VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.